

A crise do subprime e a economia brasileira 10 anos depois

Pedro Raffy Vartanian (*)

A despeito da queda na taxa de crescimento, a economia brasileira se mostrou resiliente

A falência do banco de investimento Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, pode ser considerada como o principal traço característico da “crise do subprime”, que foi a principal crise financeira internacional dos últimos 15 anos.

Ainda que a crise tenha se iniciado bem antes, e que outros elementos já sinalizassem os problemas econômicos dos EUA com origem no mercado imobiliário, a falência de uma instituição financeira de mais de 150 anos, que era o quarto maior banco de investimento do país na época, provocou um efeito contágio de dimensões globais em uma velocidade ainda mais rápida do que a observada nas crises anteriores.

A economia brasileira e os demais países emergentes vinham apresentando taxas de crescimento expressivas e a opção de política macroeconômica doméstica foi de aplicar políticas monetária e fiscal expansionistas, com redução da taxa de juros e aumento dos gastos do governo combinado com desonerações fiscais, como a redução de imposto para estimular a venda de automóveis.

A despeito da queda na taxa de crescimento, a economia brasileira se mostrou resiliente, com recuperação relativamente rápida dos efeitos da crise. Após uma queda do Produto Interno Bruto de apenas 0,13% em 2009, em termos reais, a economia brasileira cresceu 7,53%, em 2010. A condução das políticas econômicas nos anos subsequentes à crise, entretanto, levou a

economia para a recessão mais longa desde a década de 1990.

O cenário internacional também contribuiu. A queda no preço das commodities, como resultado da crise do subprime, da contração da liquidez global e de menores taxas de crescimento da economia mundial, afetou o balanço de pagamentos do Brasil, que em essência traduz as relações do Brasil com o resto do mundo.

O repesamento de preços administrados, como preços de energia e combustíveis, associado a uma aparente leniência com a inflação por parte do Banco Central, exigiram uma reversão da política monetária expansionista já a partir de 2013, em um cenário de relativo descontrole das contas públicas que, com baixo crescimento econômico, começou a mostrar seus efeitos perversos sobre a economia.

A economia brasileira entrou em recessão já em 2013, e apenas em 2017 voltou a subir, com um crescimento bastante modesto, de 1% em termos reais. A inflação foi controlada, mas o cenário fiscal é bastante complexo. Em um contexto político conturbado, o que se espera é que apenas em 2019 medidas mais efetivas de ajuste fiscal sejam adotadas.

Ainda assim, a recuperação plena da economia brasileira poderá ser observada apenas em meados do primeiro quinquênio da próxima década. A crise de 2008 pode não ter afetado de forma tão intensa e imediata a economia brasileira, mas a recuperação plena de seus efeitos ocorrerá somente cerca de 15 anos depois de seu início.

(*) - É professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica.

Projeto obriga preso a ressarcir gastos com prisão

Lula Marques/SECO



Preso trabalha no Gama (DF): projeto busca poupar verba pública e combater ociosidade nos presídios.

A proposta de obrigar o preso a ressarcir os gastos do Estado com sua manutenção está pronta para deliberação do Plenário do Senado. O projeto altera a Lei de Execução Penal para prever que o ressarcimento é obrigatório, independentemente das circunstâncias, e que, se não possuir recursos próprios, o apenado pagará com trabalho. O autor, senador Waldemir Moka (MDB-MS), argumenta que, se a assistência material for sustentada pelo preso, sobrarão recursos para serem aplicados na saúde, educação e infraestrutura do país.

“Quero combater a ociosidade, que tem levado os presos a serem presas fáceis das facções que estão hoje infestando nossos presídios”, afirmou Moka, quando o texto foi aprovado na Comissão de Constituição

e Justiça. O relator na CCJ, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), lembrou que o objetivo da proposta é fazer com que o Estado seja realmente ressarcido dos gastos que hoje estão sobre os ombros de toda a sociedade brasileira a um custo médio de R\$ 2,4 mil por mês.

Duas sugestões de melhoria foram apresentadas pela senadora Simone Tebet (MDB-MS) e acolhidas por Caiado: quando o preso tem condições financeiras, mas se recusa a trabalhar ou pagar, será inscrito na dívida ativa da Fazenda Pública. Além disso, o hipossuficiente (que não tem recursos financeiros para se sustentar) que, ao final do cumprimento da pena, ainda tenha restos a pagar por seus gastos terá a dívida perdoada ao ser colocado em liberdade (Ag.Senado).

Em debate a regulamentação da profissão de psicomotricista

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o projeto que regulamenta o exercício da profissão de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade

Segundo a Associação Brasileira de Psicomotricidade, trata-se da “ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto”.

De autoria do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), poderão exercer a atividade de psicomotricista os profissionais registrados nos conselhos regionais que tiverem diploma de curso superior de Psicomotricidade, ou aqueles portadores de diploma de curso de pós-graduação nas áreas de saúde e de educação, com



A psicomotricidade é a “ciência que objetiva estudar o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo”.

especialização em Psicomotricidade.

Em seu relatório, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) diz que a matéria possui qualida-

des inequívocas e que merece aprovação. Na sua visão, o reconhecimento legal de novas profissões se apresenta como um anseio legítimo dos profis-

Líderes do Mercosul se reunirão em Nova York

O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, anunciou ontem (20) que os chefes de Estado do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) se reunirão nos próximos dias em Nova York, durante o período das sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, que começou na terça-feira (25). No encontro, os líderes discutirão sobre “as tentativas de acordos comerciais com outros países e outros blocos”.

Vázquez relatou à imprensa que a princípio tinha proposto que a reunião fosse realizada na última terça-feira no Uruguai, país que atualmente ostenta a presidência pró-tempore do Mercosul e onde também está localizada a sede do bloco. Apesar disso, por motivos de agenda, a reunião foi postergada e acontecerá em Nova York.

No próximo domingo, o presidente uruguaio viajará aos Estados Unidos para participar da Assembleia Geral, onde abordará temas vinculados ao impacto que a mudança climática tem sobre a população mundial de baixa renda. “Esse é o tema político que vou colocar como presidente do Uruguai, mas depois vou trabalhar nas Nações Unidas sobre as doenças não transmissíveis”, afirmou Vázquez (Agência EFE).

Horário de verão pode ser proibido em todo o país

A extinção em definitivo do horário de verão em todo o território nacional está sendo analisada na Comissão de Infraestrutura do Senado. A proposta é do senador Airton Sandoval (MDB-SP) e está sendo relatada pelo senador Valdir Raupp (MDB-RO). Sandoval questiona a alegação de que, ao se adiantar o horário legal em parte do território nacional, proporcionasse maior aproveitamento da luz solar, o que reduz o uso de energia com iluminação artificial.

Para o senador, essa tese não sobrevive a uma análise econômica mais ampla. Na justificativa do projeto, ele cita vários estudos feitos em países diversos que vinculam a adoção do horário de verão com o desenvolvimento de doenças e problemas de saúde, como aumento de infartos do miocárdio, aumento da pressão arterial e agravamento do diabetes mellitus tipo 2.

Segundo o autor, a privação do sono causada pelo horário de verão tem vários efeitos:



Senador Airton Sandoval cita estudo vinculando a adoção do horário de verão ao desenvolvimento de problemas de saúde.

irritabilidade, comprometimento cognitivo (aprendizagem), perda ou lapsos de memória, comprometimento do julgamento moral (que levaria à prática de crimes), sonolência, bocejos, alucinações, comprometimento do sistema imunológico, agravamento de doenças cardíacas, arritmias cardíacas, redução no tempo de reação (causa acidentes no trânsito), entre outros.

Neste ano, o horário de verão

está previsto para começar em 4 de novembro, um fim de semana após o segundo turno das eleições, marcado para 28 de outubro. O ajuste nos relógios vale para as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e vigora até 17 de fevereiro do ano que vem. O projeto será analisado também pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (Ag. Senado).

Bolsonaro é ‘ameaça’ para o Brasil, diz ‘Economist’

A nova edição da revista britânica “The Economist” traz na capa o candidato à Presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro, que é tratado como “a ameaça mais recente da América Latina”. A publicação, um ícone da direita liberal no mundo, afirma que o deputado federal seria um presidente “desastroso”. Segundo a revista, uma eventual vitória de Bolsonaro arriscaria piorar o atual cenário do Brasil.

“Bolsonaro, cujo nome do meio é Messias, promete salvação; na verdade, ele é uma ameaça para o Brasil e para a América Latina”, diz a “Economist”, que o coloca como um novo membro do “clube dos populistas”, ao lado de nomes como o norte-americano Do-



Revista estampa o candidato do PSL na capa de sua última edição.

nald Trump e o italiano Matteo Salvini. A avaliação negativa não é aliviada nem mesmo pela

indicação de que o ultraliberal Paulo Guedes comandaria a economia em um eventual governo Bolsonaro.

A revista diz que o candidato flerta com a ditadura e alerta para o eleitor não acreditar nas promessas de um político “perigoso”. O Brasil é personagem frequente nas capas da “Economist”, como na célebre edição de 2009 em que o Cristo Redentor aparece “decolando”. Nos anos seguintes, no entanto, o otimismo deu lugar ao pessimismo com a crise política e econômica do governo Dilma Rousseff. Em uma edição de 2016, o mesmo Cristo Redentor aparece na revista pedindo “socorro” (ANSA).

“Botão de pânico” para mulheres vítimas de violência

A Câmara analisa o projeto do Senado para que mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, possam contar com um dispositivo móvel de segurança que envia alerta imediato à polícia em caso de ameaça ou agressão. O texto acrescenta dispositivo na Lei Maria da Penha, no trecho que trata de medidas protetivas de urgência.

Segundo a autora da proposta, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o chamado “botão de pânico” foi implantado de forma pioneira no Espírito Santo em 2013. “A experiência demonstra a efetividade do equipamento, em razão de ter possibilitado o acompanhamento das medidas protetivas aplicadas pelo Judiciário”, disse. Além de permitir o acionamento rápido da polícia, o equipamento de segurança também grava áudios, que podem ser utilizados como provas contra o agressor.

O acionamento do botão pela vítima, ao ser abordada ou ameaçada, permite que a polícia saiba de onde o chamado foi feito e envie proteção. Algumas cidades informam que as ocorrências são atendidas em até sete minutos. A proposta, que tramita com apensados, será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).